

Apresentação

Os nomes próprios entre o *logos* e a *práxis*¹. A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira

Proper names between logos and praxis. The quest for interdisciplinarity in the Brazilian Onomastics

Patricia CARVALHINHOS*

Cezar Alexandre Neri SANTOS**

RESUMO: Mais do que uma apresentação do número temático “A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira”, este artigo configura-se um espaço de reflexão dos editores sobre os artigos introduzidos aos leitores, sobre o estado das pesquisas onomásticas no Brasil e ainda sobre a interdisciplinaridade. Em um primeiro momento, esboça-se um percurso dos estudos onomásticos no país, ressaltando-se projetos e ações desenvolvidos nas últimas décadas, além das iniciativas mais recentes. Também se discute a diversidade terminológica em geral –

ABSTRACT: The editors’ target is much more than introducing the papers of this thematic issue to the reader. It can be considered a space devoted to discussing the Onomastics studies in Brazil, its status, and interdisciplinarity. Initially, we outline a tenuous sketch about interdisciplinarity and onomastic research in Brazil. We also discuss the terminological disagreements among researchers, in general, and among authors for this thematic issue, specifically – not a welcome scenario. Secondly, we revise the concepts related to interdisciplinarity, as

¹ Sem embargo de o título deste artigo ter sido concebido em função do material que os editores possuíam em mãos, pode-se considerar sua escolha como uma homenagem a Dick, quem, além de ser um expoente fundamental para os estudos onomásticos no Brasil, orientou uma das autoras-editoras, Carvalhinhos, em todo o seu percurso acadêmico desde a Iniciação Científica, em um total de oito anos (além dos muitos mais anos de convivência). É de se lembrar a temática nas próprias palavras de Dick (1999, p. 125): “Do ponto de vista da literatura onomástica, é na filosofia helênica que despontam várias tendências de configuração dos nomes próprios. Apresentado como *onoma*, envolve as noções do *logos* e da *praxis*, dos contrários *phýsei/nomói*; do *organón*, do *kyrion* (n.p. latino, semelhante ao *onoma*, o nome por excelência), do *prosegorikon* (o apelativo, o que serve para nomear).” Itálicos no original.

* Professora Doutora nível 2. Atua na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>. patricia.carv@usp.br

** Professor Doutor. Atua no Curso de Letras/Português, Campus do Sertão, da UFAL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1021-2459>. cez.neri@delmiro.ufal.br

nem sempre bem-vinda no atual cenário – e o posicionamento particular dos articulistas do número temático. Em seguida, passa-se a uma revisão de conceitos relacionados à interdisciplinaridade, a saber, pluri, multi e transdisciplinaridade, enfatizando sua aplicação nos estudos onomásticos no país e buscando, na literatura específica, tentativas de implantação de rotinas inter/transdisciplinares. Por fim, a última seção introduz ao leitor os textos que compõem este número temático, convidando-o à leitura do conjunto e à reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica no Brasil. Interdisciplinaridade. Terminologia onomástica. Toponímia. Antroponímia.

multidisciplinarity, pluridisciplinarity and transdisciplinarity. In this review, we emphasize its application in onomastic studies in Brazil by presenting attempts to implement inter (or trans) disciplinary routines in research, quoting French and Canadian onomasticians. Finally, the last section introduces to the reader the papers that make up the thematic issue, inviting him to read the whole volume and to reflect on the discussed themes.

KEYWORDS: Onomastics in Brazil. Interdisciplinarity. Onomastic terminology. Toponymy. Anthroponymy.

1 Pesquisas onomásticas² no Brasil e processo editorial

Há certa distância entre expectativa (uma das definições de *logos*) e realidade (a *práxis* em seu sentido de *prática*). No geral, qualquer projeto que se inicia sofre certas discrepâncias entre o que se espera e o que realmente se desenvolve, de modo que é praxe da boa prática acadêmica “dourar a pílula” e não revelar possíveis dificuldades enfrentadas durante o processo. Contudo, não seria possível iniciar este artigo introdutório de modo diferente e o que, a princípio, poderia levar o leitor a interpretar essas palavras como frustração, representou um momento de reflexão para editores e autores desse Número Temático.

² Considerando que o atual acordo ortográfico faculta o uso de maiúsculas em determinadas circunstâncias, optamos por referir todas as ciências e disciplinas com letra maiúscula inicial. Quando a ocorrência estiver grafada em minúsculas, significa que não se trata da disciplina em si e seu uso é adjetival ou complementar (complemento nominal), em estruturas como “pesquisas onomásticas”. Já em Onomástica, referimo-nos à ciência. A mesma lógica é tomada em relação a antroponímia/Antroponímia e a toponímia/Toponímia.

Embora as contribuições submetidas para compor este primeiro número temático do volume 15 da Revista *Domínios de Lingu@gem* (carinhosamente, *Domínios*) nos levassem a construir um tomo diverso do que inicialmente pensáramos – buscávamos um compilado de inéditos completamente interdisciplinares –, o resultado final foi decorrência direta da ponderação sobre o material a publicar, visto que pudemos dissertar sobre o estado atual das pesquisas em Onomástica no Brasil e sobre os desafios futuros. Por esse motivo, considerando que nem sempre *logos* e *práxis* andam completamente de mãos dadas, também o título inicial da chamada para recebimento de artigos, *Onomástica: a riqueza dos nomes em Língua Portuguesa em perspectiva interdisciplinar*, cede lugar a novo título que reflete a realidade aqui espelhada: Número Temático *A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira*.

Efetivamente, a interdisciplinaridade é um desafio perseguido, mas nem sempre alcançado. Como postularemos adiante, isso ocorre por vários motivos. Seja pela incompreensão real do que é a interdisciplinaridade – pela ambiguidade entre este conceito e concepções correlatas como pluri ou transdisciplinaridade –, seja por entraves relacionados à situação atual da pesquisa no Brasil, a interdisciplinaridade é muito mais uma demanda que uma factualidade.

A Onomástica, ciência dos nomes, pode ser objeto de várias inquirições quanto à sua ontologia e suas subdivisões. Conquanto seja tradicionalmente conhecida por suas disciplinas mais investigadas, Toponímia e Antroponímia, a Onomástica revela-se mais ampla em seu escopo e pode abrigar estudos de outras categorias que incluem certos nomes comuns. Por exemplo, a fenomenologia da *deonimização*, que explica a passagem de um nome comum a próprio, evidencia como um nome deixa de identificar uma classe de seres (ou objetos) com atributos morfossintáticos e semânticos similares e passa a particularizar um único ser/objeto.

É um longo caminho percorrido desde a instituição, pelos gramáticos gregos, de um conceito anterior ao que conhecemos como nome próprio. Dionísio da Trácia,

por volta do século II a.C., foi autor de um manual considerado a primeira gramática do mundo ocidental, a *Téchne Grammatiké*. Nele, o *ὄνομα* (lê-se *onoma*) definia não apenas o que hoje conhecemos como nomes próprios e nomes comuns, mas também conceitos abstratos e adjetivação.

Apesar do que se pode pensar, o nome possui teoria própria que não bebe apenas na fonte linguística, mas também na Filosofia e na Lógica. Os linguistas têm proposto, a seu tempo, teorias e classificações especificamente quanto aos nomes próprios, que é o que nos interessa. Por exemplo, Van Langendonck (2007, p. 183-255), ao propor uma tipologia dos nomes próprios, identifica signos onomásticos *prototípicos*, os quais sempre agem, em forma e em função, como nomes próprios, a exemplo de topônimos e de antropônimos, e onomásticos *menos* ou *não prototípicos*, como nomes contáveis (nomes temporais, de obras de arte, livros, periódicos, filmes etc, instituições associadas a prédios, nomes de marcas, de moedas, de números e letras) e incontáveis (nomes de línguas, de cores, de doenças) e orações com função onomástica. Esse segundo grupo está composto pelo que Vasconcelos (1928, p. 2) denominou Panteonímia. Assim, fica claro que a constituição de um nome como próprio é contextual, baseada em seu uso em construções linguísticas específicas.

Não será demais destacar a diversidade de empregos terminológicos para os conceitos da área em língua portuguesa. Para ilustrar a questão e justificar nossa posição a respeito dos termos utilizados pelos autores deste Número Temático, as próprias disciplinas Toponímia e Antroponímia não apresentam uma nomenclatura uniforme. Alguns, como os próprios editores deste volume, preferem manter a denominação consolidada no país e respaldada em nossa tradição, Toponímia e Antroponímia; outros, em consonância com o que sugere o órgão *United Nation Group of Experts in Geographical Names* (UNGEGN, entidade vinculada à Organização das Nações Unidas), costumam atualizar essas nomenclaturas e identificá-las, respectivamente, como *Toponomástica* e *Antroponomástica*. Em dois artigos de

pesquisadores estrangeiros, autores de textos deste Número Temático, também encontramos essa questão: sobre a toponímia lusitana, também nos vimos na posição de clarificar a terminologia adotada, *potamonímia*, para o que, no Brasil, sempre preferimos usar o termo *hidronímia* – ainda que hidro- seja mais geral que o radical grego *pótamos*³. Além desse exemplo, também identificamos uma dupla terminologia em língua espanhola para o campo disciplinar em destaque neste número – *Onomástica* e *Onomatología*.

Errados? Não. Todos estão corretos, com posicionamentos distintos. Somente os jovens pesquisadores e estudantes pensam que se tratam de coisas diferentes. No fim, tais divergências terminológicas apenas retratam o momento da pesquisa onomástica no país, com a intensificação de diálogos e o florescer de (salutíferos) questionamentos. Oxalá as novas propostas que têm surgido recentemente – só para mencionar algumas iniciativas –, como a criação do Observatório de Estudos Onomásticos (UFMG) e a revista *Onomástica desde América Latina* (UNIOESTE), expandam seus horizontes, congreguem de modo efetivo os pesquisadores brasileiros e consolidem-se como expoentes nacionais.

Tais iniciativas, aliás, reportam ao que ocorreu na França dos anos 1930, quando dos esforços de Dauzat (e depois de Charles Rostaing e de outros) surgiram várias publicações e foi criado o Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, atualmente *International Congress of Onomastics Sciences*, vinculado ao *International Council of Onomastics Sciences* (ICOS). A exitosa iniciativa perpassou um esforço comum em se estudar a toponímia – e, embora em menor medida, antroponímia – francesa, ainda muito vinculada à Filologia e à História externa da língua francesa, bem como ao que hoje conhecemos como Dialetoлогия. Perdoem-nos a digressão, mas

³ Retomaremos com mais detalhe a questão potamonímia/hidronímia mais adiante, quando abordarmos a problemática da terminologia.

é válida para ficar como lição aos brasileiros: sem união, não há grandes objetivos a alcançar. Assim, vejamos, a partir da tradição, o caminho que nos falta percorrer.

1.1 A tradição francesa e portuguesa na Onomástica brasileira

Nascida no Brasil a partir de estudos desenvolvidos na língua (Filologia e Etimologia) e na Geografia (pela análise da nomenclatura geográfica), a Onomástica teve seu nome realmente reconhecido pelos trabalhos de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, sobretudo após 1990. Historicamente, Leite de Vasconcelos propôs, ainda no século XIX, o termo *Onomatologia* – o qual literalmente traduz-se como a “ciência dos nomes” – e sua vasta obra evidencia as duas disciplinas mais estudadas, a Antroponímia e a Toponímia.

A tradição francesa nasceu praticamente em simultâneo à proposta de Leite de Vasconcelos (1887), ainda que, na França do século XIX, vários estudos tivessem sido realizados ao longo daquele século. Auguste Longnon propôs, em 1878, a Toponímia como cátedra. Já no século XX, Albert Dauzat impulsionou o estudo dos nomes de lugares (*Les noms de lieux*, 1928) e de pessoas (*Les noms de personnes*, 1934). Sabendo-se que não apenas a Linguística estuda o nome próprio, destacamos como outras ciências, como a Filosofia e a Antropologia, se dedicam a esse estudo e contribuem com visões particulares, como retrata Jean Molino (1982):

Foi com a obra de Frege e Russel que o nome próprio passou a ser um problema lógico-filosófico. Mais recentemente, tornou-se um problema antropológico: citemos, para a França, *La Pensée Sauvage*, de Cl. Lévi-Strauss. É importante lembrar rapidamente essa história, porque ela explica as dificuldades de um estudo do nome próprio em um quadro claramente definido. Cada disciplina contempla o problema em uma perspectiva específica, e muitas vezes é difícil ou perigoso transportar sem modificar os resultados de uma investigação

de uma área para outra, da lógica ou Antropologia à Linguística⁴. (MOLINO, 1982, p. 5-6, versão livre dos autores).

A Lógica dialoga, atualmente, com as mais recentes publicações científicas sobre o estatuto linguístico do nome próprio (VAN LANGENDONCK; VAN DE VELDE, 2016; SMITH, 2017). Se, por um lado, ainda há debates entre os lógicos sobre conotação e denotação, por outro, a Cognição tem adicionado ao nome a dimensão simbólica, dinamizando o que antes se colocava em blocos estanques.

Quanto aos estudos relativos à Onomástica em nosso país, sempre estivemos “correndo atrás do prejuízo”, como se diz coloquialmente. Antes de 1934, pesquisas dedicadas ao estudo dos nomes eram realizadas de modo independente. E, após essa data, com o início sistemático do ensino em nível de graduação e das pesquisas toponímicas na Universidade de São Paulo, seu avanço se apresentou lento, com um aumento significativo após a introdução dos cursos de pós-graduação no país e, ainda mais, após os anos 1990, com o intercâmbio entre pesquisadores de várias Instituições de Ensino Superior, notadamente de Letras e Linguística. O maior número de investigações na área, nas últimas décadas, pode ser justificado pela incorporação de bases de dados tecnológicas, pela ampliação bibliográfica promovida pela democratização do acesso ao conhecimento e pela já mencionada crescente interlocução entre professores-pesquisadores de diversas universidades, quer em congressos, quer em publicações.

Como a atual situação do país tem limitado os investimentos em pesquisas em Humanidades, dificultando (embora não inviabilizando) iniciativas de projetos

⁴ Original em francês: “[...] c’est avec les travaux de Frege et de Russel que le nom propre est devenu un problème logico-philosophique. Plus récemment encore, il est devenu un problème anthropologique: citons, pour la France, la *Pensée Sauvage*, de Cl. Lévi-Strauss. Il est important de rappeler rapidement cette histoire, car elle explique les difficultés d’une étude du nom propre dans un cadre nettement défini. Chaque discipline envisage un problème dans une perspective spécifique, et il est souvent difficile ou dangereux de transporter sans modification les résultats d’une enquête d’un domaine à un autre, de la logique ou de l’anthropologie à la linguistique.”

interinstitucionais por carência de fomento, podemos afirmar que o investigador brasileiro que se dedica aos estudos onomásticos sofre tanto o desprestígio generalizado quanto o pré-conceito de seus pares, pois há certo desconhecimento em relação a esse campo disciplinar. Um fator que contribuiu para essa situação, até entre os profissionais de Letras ou de Linguística, foi a sua descoberta “tardia”, visto que os estudos estavam limitados a poucas instituições e sua circulação era demorada. Outro motivo é que, por estar vinculada, de certa forma, à Etimologia – ferramenta de relevo para recuperação de nomes próprios indígenas, africanos ou estrangeiros –, a Onomástica tem sido frequentemente encarada como uma curiosidade, às vezes tida como “fútil”, pouco séria ou apenas diletante pelo público em geral, gerando uma percepção errônea no que concerne ao *status* dessa ciência.

O crescimento da Onomástica no país tem se dado pelo desenvolvimento de pesquisas em universidades públicas nas cinco regiões brasileiras, pouco a pouco dirimindo esse pré-conceito. Afinal de contas, em meio a tanta aridez na seara linguística – de fato, não é raro que o hermetismo e a metalinguagem presentes em campos mais teóricos da Linguística passem uma impressão de aspereza –, a Onomástica prima por refrescar a paisagem sem abrir mão dos rígidos princípios da ciência, particularizando-se, nesse sentido, por seu caráter peculiarmente tendente à interdisciplinaridade. Embora haja, como em outras ciências, uma terminologia específica e um aparato teórico-metodológico, o empirismo presente na maior parte das pesquisas onomásticas parece arrefecer essa aridez, sobretudo ao estudante ou pesquisador iniciante.

Voltando ao início das pesquisas no Brasil e às tradições nas quais bebe, identificamos pelo menos três momentos distintos. O primeiro deles, do início do século XX até os anos 1960, caracteriza-se pelas investigações ainda não denominadamente onomásticas, já que a diretriz era a busca dos significados de nomes relativos às línguas nativas brasileiras (cf. estudos de Frederico Edelweiss, na Bahia,

do Padre Antônio Lemos, no Rio de Janeiro, e de Plínio Ayrosa e de Carlos Drummond, em São Paulo, só para citar alguns nomes). A Filologia e a Etimologia de então pautavam aquelas pesquisas e, no caso dos nomes provenientes das línguas dos povos tradicionais, a Etnologia juntava-se às mencionadas disciplinas.

O segundo momento, por volta de 1970, com as disciplinas onomásticas já caracterizadas como corpo disciplinar regularmente oferecido pela Universidade de São Paulo, tipifica-se pela ampliação do escopo do nome próprio e não apenas os nomes autóctones são estudados com vigor, mas também a Onomástica ibérica em sua intersecção com a língua portuguesa, com os raros estudos⁵ de Erasmo D'Almeida Magalhães. Aqui há uma retomada da tradição portuguesa inaugurada com Leite de Vasconcelos e um diálogo com a tradição francesa (Auguste Longnon, Albert Dauzat e Charles Rostaing), a canadense, na figura de Henri Dorion, e a norte-americana, com George Rippey Stewart.

Com toda a “limitação” de circulação do saber, que ocorria essencialmente por meio de viagens e trocas entre bibliotecas e pesquisadores, aqui chegavam, soando ao longe, os ecos da movimentação da comunidade acadêmica internacional. Os resultados dos encontros entre membros de associações (como a *American Name Society* e a *International Council of Onomastics Sciences*) circulavam de mão em mão. Embora o percurso fosse laborioso, ocorria o diálogo. Essa retomada da tradição por Magalhães e o conseqüente diálogo com os fatos do país impactam na nascente produção de Dick (orientada por Drummond e coorientada por Magalhães, inaugurando o terceiro momento), quem, em 1980, aproveita sabiamente a tradição. Bebendo nessas fontes, Dick busca, entre as taxonomias já existentes e registradas pela Academia de Ciências

⁵ Raros porque, naquele momento em que a pós-graduação ensaiava os primeiros passos no Brasil, não havia a necessidade de publicação que hoje existe. Sem a exigência, muitos ensaios e artigos eram distribuídos localmente, em cópias datilografadas e mimeografadas, não chegando a ser distribuídas e intercambiadas.

de Lisboa, os termos que mais se adequavam à realidade brasileira, legando-nos o modelo classificatório usado ainda no século XXI.

As ressonâncias dessas tradições repercutem em nosso âmago até no momento presente e nos vemos em uma encruzilhada, pois construir uma própria tradição brasileira pautada nos paradigmas do século XX não parece viável. Não obstante, no século passado, não avançamos na pesquisa básica em Onomástica a tempo de nos prepararmos para os desafios do novo século. E é essa articulação entre o passado e o futuro que constitui a base dos estudos onomásticos no país atualmente. É um avançar lento, mas desde que haja coordenação entre esses dois eixos, a comunidade acadêmica só tem a ganhar.

1.2 Processo editorial

Em meio a esse panorama, surge e urge a salutar permuta científica que, se por um lado tende a ser favorecida pelas Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação (TDIC), por outro, permanece interdita no quesito linguístico, visto que o domínio de línguas estrangeiras não é uma unanimidade, sobretudo entre os estudantes brasileiros. Diferentemente do que ocorre em outras áreas de conhecimento, não é prática corrente ler e muito menos publicar em línguas estrangeiras, o que tem limitado tanto a ampliação de perspectivas teórico-metodológicas quanto a visibilidade dos projetos produzidos no Brasil.

Considerando esses fatores, os editores convidados deste Número Temático propuseram à *Domínios* um número bilíngue em português e em inglês, o primeiro da história dessa Revista. Apesar de, no fim, não haver duplicidade em todos os trabalhos – 7 dos 10 artigos (70% do total) apresentam uma versão em língua inglesa –, essa iniciativa captou contribuições de autores de países não lusófonos, tais como Rússia e Lituânia. O empreendimento demandou um esforço conjunto do Editor Chefe e dos editores convidados, no sentido de, entre outras ações, elaborar fichas de avaliação e

diretrizes que até então só existiam em língua portuguesa. Os frutos, portanto, serão saboreados pelos colegas que futuramente se aventurarem a organizar números completamente bilíngues ou, por que não, multilíngues. Destarte, destacamos a importância da internacionalização tanto da Revista *Domínios de Lingu@gem* quanto das pesquisas onomásticas no país, em um contexto em que a globalização pauta debates e ações e no qual inglês ainda se configura a língua franca no mundo acadêmico. Neste sentido, cabe destacar que a produção aqui publicada em língua estrangeira é de inteira responsabilidade dos articulistas e que eventuais vícios de linguagem, embora possam ser percebidos por nativos ou por *proofreaders*, não diminuam a importância das colaborações.

Editar um Número Temático que se pretendia inicialmente bilíngue requereu contatar pareceristas de universidades estrangeiras que ainda não faziam parte do quadro de avaliadores da Revista. Desse modo, tivemos a participação de pareceristas *ad hoc* do México, da Espanha, da Hungria, do Canadá e da Rússia na avaliação cega dos textos. Também não podemos deixar de mencionar a inestimável colaboração dos colegas onomasticistas brasileiros, que contribuíram tanto com a emissão de pareceres quanto com a proposição de originais inéditos, sem os quais não seria possível compor o presente Número Temático.

Um impasse enfrentado pelos editores foi a terminologia. Como já mencionamos, não há uma uniformidade no emprego terminológico, o que não ocorre apenas no Brasil, é importante ressaltar. O UNGEGN tece esforços para diminuir as divergências, com recomendações publicadas por seu Grupo de Trabalho em Terminologia, mas o fato é que muitas vezes é complexo mudar o uso de um termo já assentado (como *Toponímia*, conforme exposto anteriormente). Não obstante, há outros casos a serem considerados. Como editores, optamos por respeitar as opções dos autores, mas não podemos nos furtar a uma ou duas palavras em casos pontuais. Um termo que vale menção, porque poderá causar estranheza nos leitores, é *potamonímia*,

presente no artigo *Para um perfil da potamonímia do Centro e Sul de Portugal*, de Carlos Rocha. O autor explica sua opção e se apoia em outros trabalhos para justificar a eleição desse termo na primeira nota de seu texto:

Neste trabalho, ao nome próprio de um rio aplica-se o termo *potamónimo*, equivalente a *hidrotopónimo* no sentido ‘nome próprio referente a rio’ (cf. RAPOSO et al., 2013, p. 1019; ver também ROCHA, 2017, p. 30). Os *potamónimos* ou *hidrotopónimos* denominam, portanto, uma classe de nomes próprios que se distingue dos *hidrónimos*, classe de nomes comuns que denotam diferentes modos de apresentação ou acumulação da água – fonte, rio, ribeiro, regato, arroio, lagoa, lago, golfo, mar, oceano etc. Refira-se que o termo *hidrónimo* é usado por A. Almeida Fernandes (FERNANDES, 1952) para a designação de qualquer forma de extensão aquática, enquanto *hidrotopónimo* é aplicado pelo mesmo autor a um *topónimo* que inclua um *hidrónimo* (ROCHA, 2021, neste volume).

Este é um exemplo que evidencia de modo superlativo a problemática que temos, como área de especialização, em mãos. A raiz grega *hydros-* abarca uma significação mais geral e abrangente que *pótamos-*. O posicionamento de Dick (1980) é similar ao de Fernandes (citado por Rocha), e há uma lógica nesse posicionamento. O UNGEGN (2002, p. 13) define *hidrónimo* como "topónimo aplicado a um elemento hidrográfico."⁶ Por não ser muito explicada – apesar de bastante objetiva –, esta definição oferece margem a várias interpretações e digressões. Em uma leitura literal, e considerando novamente os radicais gregos, podemos interpretar que *topos-* é radical reservado aos “lugares” terrestres e que *hydros-*, em contrapartida, é termo usado *em equivalência* quando a entidade geográfica é aquática. Seguindo essa linha de raciocínio, *potamónimo* é mais restrito que *hidrónimo*, pois está reservado unicamente aos rios ou outros elementos geográficos lineares. Ainda assim, e considerando a etimologia, define-se como “o nome do rio”. A divergência está em que o autor

⁶ Original em inglês: “→Toponym applied to a →hydrographic feature”.

considera *potamônimo* um termo que denomina “*uma classe de nomes próprios*”, usando um termo alternativo: *hidrotopônimo*.

Ora, aqui o leitor que se vale das taxonomias toponímicas de Dick irá se surpreender, pois dificilmente usamos *hidrônimo* – que está no mesmo nível de *potamônimo* em sua constituição – como sinônimo de *hidrotopônimo*. O autor não o afirma, mas a própria etimologia do termo nos faz depreender que se tratam de objetos diferentes, tanto mais que hidrotopônimos podem ser aplicados a quaisquer elementos geográficos, inclusive antrópicos (cf. DICK 1990, p. 31, “[...] Ribeirão Preto (AH SP); [...] Braço do Norte (AH BA); [...] Foz do Riozinho (AH AM)).”

Dispondo matematicamente o que o autor declara, temos a premissa maior $A=B$ (*hidrotopônimo=potamônimo*). A premissa menor é deduzida pela lógica constitucional do termo, $B=C$ (*potamônimo=hidrônimo*, em que temos radicais gregos unidos à classe *onoma*, indicando que se trata de nomes comuns). E a conclusão óbvia é $A=C$ (*hidrotopônimo=hidrônimo*), pela regra lógica *se $A=B$ e $B=C$, então $A=C$* . Matematicamente correto, mas afirmamos que, terminologicamente, não pode ser considerada a equivalência $A=C$, pois se trata de realidades diferentes.

Tal impasse talvez se dê pelo que Coates (2011, p. 9) percebeu: estamos usando nosso conhecimento enciclopédico para criar, usar e compreender um termo, ou estamos utilizando apenas nosso conhecimento linguístico⁷? Esta foi apenas uma das várias questões terminológicas com as quais os editores se depararam ao organizarem o Número Temático.

Não bastassem os desafios inerentes à tarefa, a comunidade científica mundial, no biênio 2020-2021, tem enfrentado novos reptos frente ao contexto pandêmico da Covid-19 (Sars-Cov-2). A Chamada para Publicação deste número, por exemplo, ficou ativa entre os meses de março e agosto de 2020, período mais amplo que o usual. Esse

⁷ “[...] which relies on the hearer’s encyclopedic knowledge to supply the type of place it is, or to disambiguate, not on their linguistic knowledge.” (COATES, 2011, p. 9).

momento delicado exigiu restrições de naturezas diversas, o que ressalta os esforços de todos os agentes dessa cadeia científica – corpo editorial, comitê de pareceristas e articulistas – num contexto de acúmulo de sobrecarga emocional e profissional.

Introduzida a conjuntura do projeto empreendido e do processo editorial em questão, debatemos, na seção a seguir, o pilar que norteou esse número – pesquisas interdisciplinares, ou pelo menos pluridisciplinares, no âmbito da Onomástica –, de modo a assinalar que nem sempre o *logos* pressupõe a *práxis*, e que a *práxis* pode vir a contraditar o *logos*.

2 A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira

Não é incomum identificarmos, no público em geral e mesmo na comunidade acadêmica, certa dificuldade em reconhecer a natureza interdisciplinar dos estudos antroponímicos e toponímicos. Quando vinculado a um curso ou Programa na área de Letras/Linguística, há os que desconfiam da pertinência desse vínculo, por exemplo, justificando que poderiam/deveriam estar inseridos em projetos de História ou de Geografia. Esse fato concretamente apresenta uma questão: a importância de compreender os nomes próprios como parte de um entrelugar teórico-metodológico, visto que alguns problemas complexos apresentados pela Onomástica sempre agenciam saberes múltiplos, cujas soluções se apresentam quando se extrapolam barreiras disciplinares.

Essa natureza foi reiterada por Dick em várias oportunidades, sobretudo com relação ao *status* da Toponímia como um corpo disciplinar com vocação interdisciplinar. Em uma dessas ocasiões, afirmou que a Toponímia

[...] é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador. Numa interpenetração de campos fenomenológicos específicos, ressalte-se, porém, o papel

universalístico da disciplina, no que é comum a todos os outros ramos do conhecimento [...]” (DICK, 1990, p. II).

Às vezes, a autora se refere ao nome em si como o elemento centrípeto para o qual afluem e com o qual dialogam outras disciplinas, como quando afirma que “A Toponímia, dentro do *alcance pluridisciplinar de seu objeto* de estudo, desempenha um papel de convergência de vários aspectos do saber humanístico codificado.” (DICK, 1995, p. 59, grifo nosso).

Contudo, mais que citar a autora, vale respirar a pluri e interdisciplinaridade presentes em sua tese de livre-docência, *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo* (DICK, 1997), na qual a dialética com História, Geografia, Urbanismo, entre outras, é *essencialmente interdisciplinar*, pois o resultado desse trabalho é material útil não apenas para linguistas, mas também para outros especialistas – revelando o diálogo coordenado que emana de todo o livro entre as diferentes disciplinas.

Argumentamos, portanto, que aquilo que encanta na ciência dos nomes e a ressalta no âmbito das ciências da linguagem também é um fator de dificuldade ao seu crescimento no Brasil: seu caráter interdisciplinar. A maior parte das pesquisas onomásticas não é interdisciplinar e, por vezes, o que se reputa inter tem sido, de fato, pluridisciplinar. Mas bem antes da popularização do conceito de interdisciplinaridade, a pesquisa onomástica, ainda sob o nome de pesquisa filológica ou etimológica, já oscilava entre o estudo puramente linguístico e uma abordagem pluridisciplinar.

Camps Iglesias e Noroña Vilá (1980) contribuem com um excelente apanhado que inclui, além da tradição francesa, o mapeamento das pesquisas onomásticas na Europa central e do Leste, cujas produções bibliográficas eram pouco acessíveis aos pesquisadores brasileiros de então por causa da já mencionada barreira linguística. Dissertam as autoras sobre esses dois polos, os puramente linguísticos e os pluridisciplinares, respectivamente:

[...] la que se ocupa del análisis de los fenómenos estrictamente lingüísticos como la morfología, la fonética, la sintaxis, el léxico, la etimología, la formación de palabras, los préstamos lingüísticos así como la distribución de los topónimos en el espacio"; [...] la que se ocupa del análisis onomasiológico y trata de explicar los modos de aparición de los topónimos, *para lo cual se apoya en el estudio de los factores sociales, históricos, geográficos, etnográficos, etc. que dieron surgimiento a los mismos*" (CAMPS IGLESIAS; NOROÑA VILÁ, 1980, p. 12, grifo nosso).

Também Trapero (1995) evidencia a multiplicidade de abordagens, ao descrever a toponímia de Canárias. Após declarar que seu grupo é composto por vários especialistas – “venimos trabajando largamente un grupo interdisciplinar de geógrafos, topógrafos, historiadores, biólogos y lingüistas” (TRAPERO, 1995, p. 23) –, arremata no parágrafo seguinte:

Es la Toponímia una parcela cuyo objeto de estudio es tan variado y tan complejo, ciencia en la que deben confluír tantos saberes para interpretarla que dos razones parecen ser las mejores consejeras para quien se acerque a ella: la prudencia y la modestia; prudencia para no dar nada por seguro y por definitivamente confirmado y modestia para estar dispuesto a aceptar cualquier otra teoría o explicación ajena que sea capaz de mejorar la propia en cualquiera de los aspectos antes considerados (TRAPERO, 1995, p. 23).

E para concluir esta amostra trazemos uma abordagem contemporânea, na qual Evgeny Shokhenmayer (2017) analisa o comportamento de pesquisas onomásticas por meio de sistemas de busca georreferenciados em *sites* de conteúdo acadêmico, tais como *Academia.edu* e *ResearchGate*, e redes sociais como o *Twitter*. Ele afirma que,

Cada vez mais, a pesquisa onomástica se direciona a esforços mais interdisciplinares. [...] Qualquer ciência conduzida isoladamente, sem colaboração entre disciplinas científicas relacionadas, está fadada à estagnação. Portanto, a Onomástica é, mais ou menos, vista como parte integrante dos estudos comparativos interdisciplinares conduzidos em

outras ciências. A Onomástica utiliza conhecimentos de outras disciplinas para moldar suas hipóteses e conclusões acadêmicas e, portanto, também faz parte dessas disciplinas. A Onomástica, embora seja uma disciplina autônoma, se sobrepõe ao assunto de muitas outras disciplinas, uma vez que o uso do nome é central para a atividade humana [...]. A interação entre projetos de pesquisa e o desenvolvimento de equipes de pesquisa conjuntas são muito promissores. Muitos dos problemas com que se envolve a investigação onomástica só podem ser explicados de forma exaustiva de um ponto de vista interdisciplinar, visto que se trata de questões que são objeto de investigação por várias das várias ciências [...]⁸. (SHOKHENMAYER, 2017, p. 48-49, versão livre dos autores).

Da discussão aqui apresentada podem surgir dúvidas nos leitores: a Onomástica é interdisciplinar, apenas pluridisciplinar ou chega à transdisciplinaridade? A questão não se limita a esta ocasião pontual nem à nossa época, visto que os autores mencionados discutem o tema em anos diferentes. Na nossa percepção, a pesquisa onomástica no Brasil costuma ser pluridisciplinar, embora haja exceções. Para discutir um pouco a diferença entre estes conceitos, optamos por introduzir uma subseção que ilumine esse cenário.

2.1. Definindo multi, pluri, inter e transdisciplinaridade

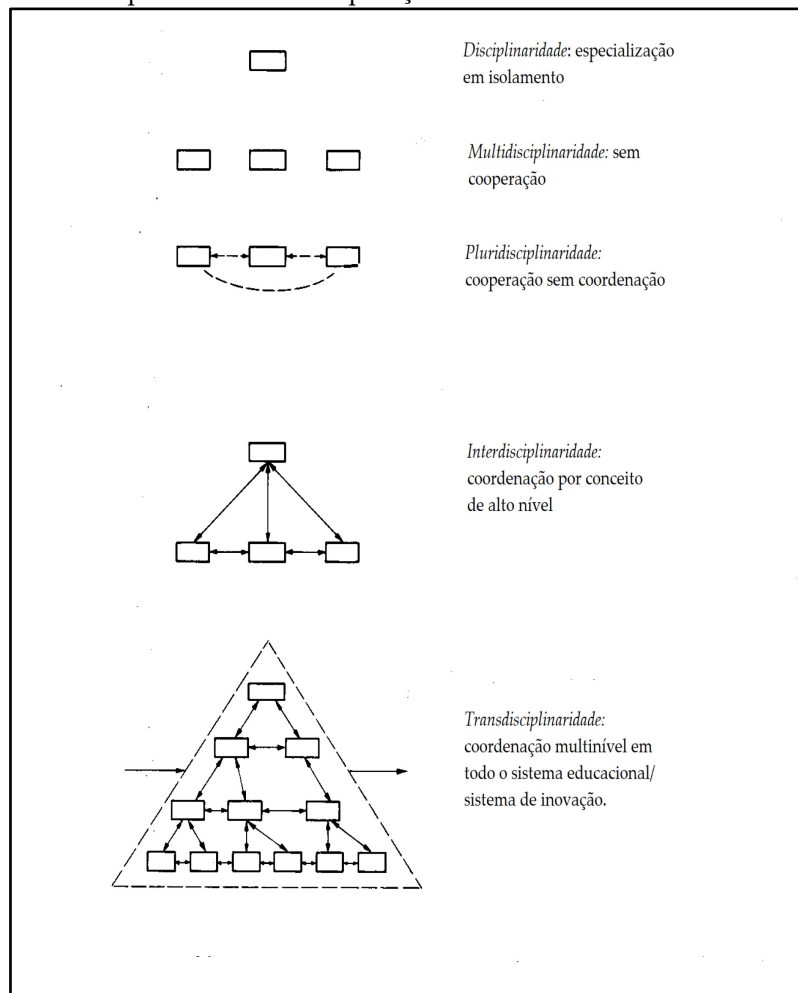
Para motivar todo um grupo de pesquisadores e de aprendizes a perseguirem a interdisciplinaridade, conceito basilar neste artigo em específico e neste Número Temático em geral, discutiremos as distinções entre *multi*, *pluri*, *inter* e

⁸ Original em inglês: "Increasingly, onomastic research is moving towards more interdisciplinary endeavours.[...]. Any science conducted in isolation without collaboration between related scientific disciplines is doomed to stagnation. Therefore, onomastics is, more or less, seen as an integral to interdisciplinary comparative studies conducted within other sciences. The onomastics uses knowledge from other disciplines to shape its academic hypotheses and conclusions, and thus is also part of these disciplines. Onomastics, although an autonomous discipline, overlaps the subject matter of many other disciplines since name use is central to human activity [...]. The interaction between research projects and the development of joint research teams are very promising. Many of the problems, with which onomastics research engages, can only be comprehensively explained from an interdisciplinary point of view, since it concerns issues that are the subject of research by several of various sciences [...]."

transdisciplinaridade. Como “todos os caminhos nos levaram a Roma”, ou seja, boa parte dos estudos consultados quanto à interdisciplinaridade mencionam Erich Jantsch e seu modelo disciplinar, optamos por trazer o próprio Jantsch (1972) para a discussão.

Apesar de seu estudo ser da década de 1970, o modelo proposto segue atualíssimo. O autor se pautava no que denominou “necessidades educacionais” da sua época e representou graficamente a imprescindível coordenação entre disciplinas isoladas e os passos precisos para partir do isolamento total à colaboração inteligente e proativa. A título de ilustração, os autores/editores aqui adaptaram e traduziram livremente o esquema de Jantsch (1972):

Figura 1 — “Passos para aumentar cooperação em sistemas educacionais e inovadores”.



Fonte: E. Jantsch (1972, p. 15, adaptado e traduzido pelos autores).

Segundo o modelo proposto por Erich Jantsch, na perspectiva *disciplinar*, a observação da realidade é elaborada a partir de conhecimentos específicos de uma única disciplina, a qual produz o conhecimento isoladamente.

A *multidisciplinaridade*, por sua vez, é um sistema composto por um único nível, com objetivos múltiplos e sem cooperação. Exemplificativamente, podemos citar uma pesquisa articulada entre um onomasticista e um geógrafo, em que ambos se debruçam sobre o mesmo objeto, mas cada um persegue objetivos independentes. Ou seja, a *multidisciplinaridade* prima pela observação do mesmo fato por várias disciplinas, mas ainda de modo insulado. Já a *pluridisciplinaridade* é um sistema que ainda se mantém em um nível único, mas com cooperação entre os diversos saberes, embora ainda não haja coordenação entre os múltiplos objetivos dos pesquisadores. Essa abordagem costuma ser a antessala para a interdisciplinaridade e acompanha muitos dos onomasticistas brasileiros.

A *interdisciplinaridade*, por sua vez, é um sistema que ultrapassa o nível único e passa a dois níveis de atuação, com uma coordenação hierarquicamente superior que atua e coopera com as demais instâncias por meio da partilha de objetivos. Neste sentido, a *interdisciplinaridade* avança na integração e na interação de conhecimentos para a análise de objetos e obtenção de resultados mais complexos. Nela, as disciplinas que se debruçam sobre um mesmo objeto transferem conhecimentos entre si para realizar a análise. Ensina-nos Erich Jantsch (1972, p. 13): “Acima de tudo, a interdisciplinaridade precisa ser compreendida como um conceito *teleológico* e *normativo*”⁹. É teleológico porque é um conceito que põe em relação um fato com sua consequência ou resultado final, do mesmo modo pelo qual um argumento opera; e é normativo porque está implicado em uma série de preceitos ou normas que organizam determinado fenômeno.

⁹ Original em inglês: “Above all, interdisciplinarity has to be understood as a *teleological* and *normative* concept.” (Itálico no original).

Por fim, a *transdisciplinaridade* caracteriza-se por um lugar interseccional de observação, ou seja, é na confluência de conhecimentos disciplinares que se focaliza a mesma realidade, obtendo-se, assim, respostas a problemas complexos. Comparativamente à *interdisciplinaridade* e à *pluridisciplinaridade*, a *transdisciplinaridade* é mais ampla. Essa abrangência é multirreferencial e multidimensional e uma de suas características é considerar simultaneamente concepções de tempo e história, não descartando, assim, “[...] a existência de um horizonte trans[h]istórico” (CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE, 1994, Art. 6).

Como podemos concluir a partir da exposição dessas definições, o sonho perseguido por Henri Dorion, por André Soutou (cf. nota 13) e por tantos outros pesquisadores é a *transdisciplinaridade*. Esses conceitos se baseiam na busca por respostas que se encaixassem em sistemas entre a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que norteou a Chamada de Publicação deste Número Temático. Fica evidente que o exposto aproxima a abordagem transdisciplinar ao que Dorion (1986¹⁰) articulou como *memória toponímica* (eixo temporal, segundo ele, domínio dos estudos linguísticos na Onomástica e sobretudo na Toponímia) e *função toponímica* (eixo espacial, vinculado diretamente à Geografia).

Grimaud (1991) apontava, há trinta anos, uma problemática na França de então e ainda presente até hoje: a dificuldade em concretizar a virtual inter/transdisciplinaridade latente na Onomástica, ao argumentar que

Entre esta visão grandiosa da Onomástica [...] e a realidade cotidiana há um abismo. É que a Onomástica definida de forma ampla requer o tipo de competências múltiplas que são excepcionais em um indivíduo [pesquisador]. Sua implementação é possível em um grupo de pesquisa, mas este tipo de grupo de trabalho não é incentivado por

¹⁰ O texto de Dorion mencionado por Grimaud não faz parte de nossas referências, mas aqui deixamos o direcionamento aos leitores: DORION, Henri. Les relations entre la toponymie et les autres sciences humaines. **450 ans de noms de lieux français en Amérique du Nord**. Québec: Publications du Québec, 1986.

nossas instituições. É de se lamentar, como André Soutou (1984) aponta, ao inquirir sobre ‘*O que fazer no campo da Onomástica e mais especialmente em termos de Toponímia, disciplina complexa que está na encruzilhada da Linguística (conhecimento dos dialetos locais ou regionais), da paleografia (verificação rigorosa de formas antigas) e, não nos esqueçamos, da arqueologia? Não é apoiada na França por uma comissão especial do C.N.R.S.¹¹ e por um instituto universitário nacional. Essas duas instituições indispensáveis garantiriam maior rigor científico ao trabalho publicado ao obter a documentação necessária dos pesquisadores e o apoio crítico de personalidades experientes*’ (p. 167).¹² (GRIMAUD, 1991, p. 12, versão livre dos autores, grifos no original).

A citação daria azo a várias interpretações, mas aqui vamos destacar apenas alguns argumentos que nos interessam: a) a inter e a transdisciplinaridade são difíceis de se alcançar, ainda que estejam aptas a serem captadas e potencializadas pela própria ontologia da Onomástica; b) políticas de incentivo são imprescindíveis para a criação e a manutenção de grupos de pesquisa sólidos; e c) a transdisciplinaridade imanente à Onomástica faz com que suas mais destacadas disciplinas sejam encaradas ora com um *status* similar à ciência-mãe, praticamente em um estado co-hiponímico entre ela e Toponímia e Antroponímia, ora com um olhar hierarquizado (por nós preconizado), colocando as disciplinas citadas como “filhas” da ciência-mãe Onomástica.

¹¹ Centre National de la Recherche Scientifique, em versão livre, Centro Nacional de Pesquisa Científica, órgão francês com função similar ao nosso Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq.

¹² Original em francês: “Entre cette grandiose vision de l’onomastique (laquelle ressemble d’ailleurs à celle qui est présentée dans notre seconde section) et les réalités quotidiennes, il y a un gouffre. C’est que l’onomastique au sens large requiert le genre de compétences multiples qui sont exceptionnelles chez un individu. Leur mise en œuvre est possible dans un groupe de recherche, mais ce genre de groupe de travail n’est pas activement encouragé par nos institutions. Si bien qu’on peut regretter, comme André Soutou (1984), « que la recherche en matière d’onomastique et plus spécialement en matière de toponymie, discipline complexe qui est au carrefour de la linguistique (connaissance des dialectes locaux), de l’histoire (notamment régionale), de la paléographie (stricte vérification des formes anciennes) et, ne l’oublions pas, de l’archéologie, ne soit pas appuyée en France par une commission spécifique du C.N.R.S. et par un institut universitaire national. Ces deux institutions indispensables garantiraient une plus grande rigueur scientifique des travaux publiés tout en fournissant aux chercheurs la documentation nécessaire et le soutien critique de personnalités expérimentées »[...]”

Considerando que esta seção assume, de algum modo, um caráter de manifesto ao conjecturar acerca do trânsito das pesquisas onomásticas de perspectivas pluridisciplinares para interdisciplinares (e, por que não, transdisciplinares), vale a pena mencionar uma linha teórico-metodológica oriunda do diálogo entre várias Ciências Humanas, nos anos 1980: a Toponímia Crítica. Sem dúvida, é uma vertente que promete excelentes contribuições para os estudos onomásticos brasileiros, mormente os relativos à nomenclatura urbana.

Em capítulo em fase de publicação (prelo), Carvalhinhos e Lima-Hernandes (2021) explanam a relevância da Toponímia Crítica para pesquisas relacionadas a nomes urbanos sincrônicos. A língua, na figura do nome próprio de lugar, configura-se como estrutura de poder, tendo a capacidade de inferir à cidade-texto novas leituras que espelham a ideologia dominante. Todas essas relações que emanam do nome são observadas de diferentes lugares: da perspectiva da Semiótica, do Urbanismo, da História, da Geografia Humana, entre outras, denotando um enfoque interdisciplinar.

Sobre a pertinência dessa linha teórico-metodológica para os nomes urbanos em específico, mas não exclusivamente, Carvalhinhos e Lima-Hernandes (2021) postulam que

[...] o tradicional método das taxonomias toponímicas, usado em várias partes do mundo e adaptado à realidade brasileira por Dick (1980) [...] pode ser útil para o estudo da Geografia física do espaço urbano e para espaços cujas denominações oficiais estejam mais próximas da oralidade. Não se pode olvidar, contudo, que a denominação das ruas, dos caminhos e de outros logradouros de uma grande cidade (a paisagem continuamente transformada) costuma ser regida por critérios políticos. Assim, o tradicional método dos campos semânticos revela-se inoperante quando aplicado sobretudo à hodonímia sincrônica, pois o que está em xeque não é o conteúdo semântico da denominação, mas sim os *mecanismos de produção dos nomes*. Pelo método convencionalizado das taxonomias, o pesquisador verificará (de um modo um tanto óbvio) uma média padrão de denominações abundantes de antropônimos (classificados, segundo as taxonomias em vigor, como antropotopônimos ou axiotopônimos, se precedidos

por titulação), mas tal constatação é insuficiente. Nasce, assim, um caminho eficiente para o investigador da toponímia urbana, com a aplicação dos pressupostos teórico-metodológicos da Toponímia Crítica.

Essas ressalvas ao método tradicional tornam-se necessárias [...], pois que as lacunas deixadas pela análise taxonômica não nos permitiam vislumbrar fenômenos em uma perspectiva holística, o que nos conduziu à busca de uma nova concepção propiciada pela Toponímia Crítica. (CARVALINHOS; LIMA-HERNANDES, 2021, p. 324-325, grifo no original).

Isto posto, resta-nos apresentar aos leitores, com detalhe, os artigos que fazem parte deste Número Temático.

3 O navio no estaleiro. Uma sinopse deste Número Temático

Comparando a Onomástica a um oceano ainda pouco explorado, podemos dizer que a cartografia náutica aponta quais as rotas mais seguras e significativas – e também onde estão os problemas a serem explorados e solucionados. Sabemos onde estão as ilhas que apresentam porto seguro, mas com paisagem já conhecida (e, por que não dizer, até um pouco entediante). Conhecemos também onde estão os torvelinhos que podem sugar qualquer embarcação e destruí-la, como aqueles trabalhos surgidos ocasionalmente no horizonte editorial, carentes de um profundo aporte teórico, crítico e metodológico – esses foram evitados com sucesso neste Número Temático.

Vislumbramos, ainda, ilhas desconhecidas, mas que prometem água fresca e alimento farto – justamente os trabalhos que conseguem ser interdisciplinares, ou, ao menos, pluridisciplinares. Temos, neste Número Temático, boas tentativas que caminham neste sentido. O tão desejado baú repleto de tesouros talvez ainda esteja enterrado em algum lugar por aí, mas seguimos o mapa e escavamos muito bem toda a areia.

O navio está no estaleiro, aguardando retoques finais, mas a rota já está traçada. Esse percurso é o que os editores agora apresentam ao público, estando conscientes de que o desafio da interdisciplinaridade ainda não foi atingido e é uma tarefa árdua e que não pode ser alcançada isoladamente. Este Número Temático é, além de uma contribuição neste sentido, uma chamada à necessária congregação.

A rota foi assim organizada: na primeira parte da viagem, o leitor poderá visitar dois portos relativos aos nomes de lugares intermediados por um porto antroponímico. A próxima escala tem como destino os nomes de pessoas. O destino final extrapola a problemática nacional e traz contribuições de três países diferentes.

Definindo melhor a viagem, adiantamos que, nas duas partes principais do Número Temático (relativas ao Brasil), uma dedicada à Toponímia (com dois artigos) e outra à Antroponímia (com mais seis artigos), cada “porto de parada” está constituído por rotas distintas. Em primeiro lugar, estão os artigos com tipo de abordagem mais familiar ao público, ou “as ilhas com portos seguros”. Em seguida, e por ordem de imbricamento interdisciplinar, vêm os portos ainda pouco explorados, mas com boas promessas.

3.1 Primeira escala

A viagem do leitor inicia-se em um porto seguro, isto é, por um artigo que apresenta uma abordagem muito familiar: Rozangela de Melo Martins da Costa (Secretaria de Educação do Estado do Acre - SEE/AC) e Alexandre Melo de Sousa (Universidade Federal do Acre) são responsáveis pelo artigo *Toponímia indígena no Acre: a fauna, a flora e as águas em nomes de espaços geográficos*. É um porto seguro porque não apresenta surpresas teórico-metodológicas, valendo-se das taxonomias toponímicas para análise do *corpus*. Se, por essa ótica, os autores mantêm o lugar-comum a respeito das definições, conceitos, aportes teóricos sobre línguas indígenas e

metodologia – além de reproduzirem as 27 taxonomias toponímicas usadas no Brasil –, por outra, a contribuição desse artigo está justamente na sua particularidade.

De modo geral, a região Norte brasileira carece de estudos em sua toponímia e o Acre em específico acaba por contribuir ao evidenciar a diversidade presente em sua toponímia fora das zonas urbanas. Neste sentido, é de relevância o aparato histórico e geográfico sobre o Estado do Acre, desconhecido até mesmo entre os brasileiros. Quanto aos resultados da análise, os dados indicam o que diagnósticos similares revelam entre as denominações nativas: a frequência bastante elevada de motivações de caráter físico, sobretudo envolvendo a flora e a fauna. Para arrematar, uma observação importante destacada pelos autores é o fato de haver uma quantidade relativamente expressiva de topônimos tupi em uma área macro-jê, o que é explicável, segundo eles, pelo processo de colonização no Acre.

Passemos adiante. Apesar de reunirmos os poucos artigos sobre toponímia brasileira neste bloco, optamos por não juntar os dois e apresentar na sequência do primeiro um artigo sobre antroponímia na região Norte, a fim de fazer um “roteiro regional” – e proporcionar ao leitor uma visão ampla do assunto.

Assim, a segunda ilha apresenta paisagens também já conhecidas, mas com boas surpresas. Trata-se da visão preconizada por Molino (1982) e já aqui citada: a Onomástica a partir da visão da Antropologia, em que as autoras de *Língua e cultura em dimensão: diálogos entre a linguística e a antropologia no estudo da onomástica Parkatêjê*, Tereza Tayná Coutinho Lopes (Doutora pela Universidade Federal do Pará) e Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira (Universidade Federal do Pará), orquestram com maestria essa simbiose entre as áreas citadas. Este artigo também retrata a região Norte do Brasil, trazendo a figura dos Parkatêjê do Pará, um povo conhecido na literatura tradicional como Gavião do Pará (em alusão à sua suposta ferocidade), estabelecendo perfeita relação entre Antroponímia e Antropologia.

A “paisagem conhecida”, mas não muito explorada – por isso, vale a pena a visita – apresenta de modo bem articulado uma excelente bibliografia sobre língua e cultura, chegando à Onomástica de modo natural. Tradicionalmente, a Antroponímia nativa é objeto de grande importância para os estudos antropológicos. As autoras, contudo, contribuem com o estudo da antroponímia Parkatêjê tendo em conta as premissas da Onomástica, gerando uma contribuição interdisciplinar que será de relevância não apenas para essas duas áreas do conhecimento.

A próxima ilha a ser visitada fica longe do mundo rural e nos transporta diretamente ao bulício das grandes cidades. A percepção de “água fresca” e “alimento farto” fica por conta do uso da Toponímia Crítica na argumentação dos autores Martín Jayo (USP-Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e Adriana Tavares Lima (USP - doutoranda da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) no artigo intitulado *Comodificação toponímica e a cidade neoliberal: sobre a venda de direitos de nomeação das estações do metrô de São Paulo*. Apesar de ser uma vertente introduzida nas Ciências Humanas ainda nos anos 1980, como já mencionado, a Toponímia Crítica vem ganhando espaço no Brasil nos últimos anos, fazendo parte do conteúdo programático em uma das disciplinas de Toponímia oferecidas pela Universidade de São Paulo¹³.

Os autores trazem a público uma questão que está em evidência atualmente no Brasil: a comercialização dos nomes próprios de lugares que, na visão de uma cidade neoliberal, são *ativos comerciais* passíveis de venda pelo poder público a empresas privadas. Jayo e Lima delineiam uma panorâmica do assunto e se detêm na comercialização dos *naming rights* dos nomes das estações pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). A temática tanto é atual e extremamente pertinente que, logo após a publicação do artigo na seção *Ahead of Print* da *Domínios*, a empresa conseguiu o direito de negociação dos *naming rights* por 20 anos (CNN

¹³ *Toponímia IV: A cidade, as pessoas e seus nomes*. Ementa em <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?nomdis=&sgldis=flc1458>

BRASIL, 19 fev. 2021). Vale ressaltar que o fato não é isolado e que recentemente os responsáveis pelo metrô do Rio de Janeiro já haviam vendido o nome de uma de suas estações de metrô, a atual Estação Botafogo/Coca-Cola (G1 RIO, 07 jan. 2021)¹⁴.

3.2. Segunda escala

A segunda parte da viagem nos leva a ilhas conhecidas, por vezes submersas, por vezes à vista. É o caso dos artigos referentes à Antroponímia, que, contrariamente ao que costuma ocorrer, disputa espaço com a Toponímia de igual para igual neste volume. Costas perigosas que exigem perícia dos marinheiros, pois apesar da autonomia da Antroponímia, sua teoria e seu método estão aderidos à Toponímia de tal modo que é difícil desvinculá-las. Um dos motivos é a natural simbiose existente entre os nomes pessoais e os nomes de lugares, dando lugar aos processos de *detoponimização* e *deantroponimização*. A teorização dos nomes próprios, sejam de pessoa ou de lugar, também anda lado a lado, estando as particularidades, desse modo, por conta dos *corpora* analisados.

A primeira parada dessa etapa do percurso é uma ilha – ou melhor, um artigo – em que a diacronia se faz presente. Juliana Soledade Barbosa Coelho (Universidade de Brasília), Nival Simões Neto (doutor pela Universidade Federal da Bahia) e Letícia Santos Rodrigues (USP - doutoranda da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) trazem excelente contribuição para os estudos antroponímicos brasileiros com *A inovação antroponímica na Bahia dos séculos XIX, XX e XXI: uma interface entre Antroponomástica e Morfologia Histórica*, ao analisarem a inovação na criação de antropônimos por meio de “manejo” morfológico, processo natural que se dá pela competência onomástica dos indivíduos. A base bitemática e biformativa na composição de nomes pessoais, já identificada por Joseph Marie-Piel em nomes de

¹⁴ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/07/em-crise-metro-rio-vende-naming-rights-e-estacao-de-botafogo-vira-botafogo-coca-cola.ghtml>

origem germânica¹⁵ e apresentada pelos autores, é por eles analisada considerando o período entre os séculos XIX e XXI, com destaque para a diferenciação entre ambas as bases do ponto de vista teórico-metodológico.

A segunda ilha a ser visitada é fronteiriça, pois trata não apenas de nomes pessoais brasileiros mas também lituanos, desvelando uma das nacionalidades que praticamente “se apagam” em meio à enorme quantidade de material bibliográfico relativo à imigração europeia. E, por isso, a contribuição se faz tão importante quanto rara. Karolina Butkuvienė (Vilnius University Šiauliai Academy), Lolita Petrulionė (Vilnius University Šiauliai Academy), Márcia Sipavicius Seide (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e Edita Valiulienė (Vilnius University Šiauliai Academy), no artigo *Motivações para a escolha de nomes na Lituânia e no Brasil – um estudo comparado*, fazem um paralelo entre questões linguísticas e culturais que envolvem a escolha de prenomes na Lituânia e no Brasil.

Se, por um lado, as escolhas antroponímicas em ambos os países são pautadas sobretudo pela estética do prenome – desvinculando etimologia e transparência semântica como motivações básicas –, por outro, as divergências ressaltam os valores específicos de cada cultura. Além disso, uma interessante revisão de literatura coteja as realidades linguísticas e onomásticas dos dois países. À análise quantitativa segue a qualitativa, trazendo ao leitor excertos de transcrições de entrevistas e contextualizando a informação onomástica, relacionando-a sempre às premissas teóricas apresentadas pelas autoras.

A próxima parada é repleta de sendas novas. Eduardo Tadeu Roque Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais), em *Interface Onomástica e Direito: contribuições*

¹⁵ É importante ressaltar que Piel, ao longo de sua vasta obra, destaca antropônimos de origem variada em termos de gênese e de cronologia, uma vez que antropônimos oriundos de povos como suevos, godos, vândalos e alanos penetraram no sistema românico peninsular na Alta Idade Média, mas não se podem desconsiderar as contribuições vindas mais recentemente via França, por exemplo, em que nomes francos vieram incorporar o já consolidado sistema antroponímico português.

para os estudos da antroponímia brasileira, analisa antropônimos de um espectro variado – nomes de urna, nomes parlamentares, nomes civis e nomes sociais – em conformidade com os novos ares respirados quanto ao direito ao nome, cuja análise considera o novo entendimento dado ao Código Civil brasileiro pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011. À coleta de antropônimos, realizada em fontes oficiais como a Câmara dos Deputados e o Tribunal Superior Eleitoral, segue a análise, examinando forma e conteúdo, considerando-se que são nomes escolhidos pelos portadores. O autor sugere, ainda, passos para quem queira prosseguir nesse caminho de pesquisa.

Prosseguindo viagem, a próxima paisagem nos permite contemplar a pesquisa de Maria Virgínia Dias de Ávila (Universidade Federal de Uberlândia) e de Ariel Novodvorski (Universidade Federal de Uberlândia) no artigo intitulado *Antroponímia indianista em corpus de Alencar: uma análise etimológica, ficcional e contextual*. Trata-se de uma paisagem cada vez mais familiar em viagens similares às que agora empreendemos, pois há um número crescente de estudos que investigam nomes de pessoas e de lugares dispostos em cânones literários¹⁶. Nesta pesquisa, os autores se valem de quatro nomes de personagens criados pelo maior representante da escola romântica nacional, José de Alencar (1822-1877), para analisar a significação e o contexto denominativo de nomes próprios de origem indígena, notadamente tupi.

A viagem por ilhas já um pouco conhecidas pode revelar paisagens não muito comuns, e neste caso nos referimos a outro contributo dessa pesquisa, de caráter metodológico: a coleta em uma base digital de *corpora* históricos, como o *Corpus do*

¹⁶ Sabemos que a literatura ficcional universal, especialmente em textos trágicos ou cômicos, é generosa de exemplos para ilustrar a forja de nomes próprios que contenham uma significação nítida e precisa em relação à personalidade e às ações de seus portadores na trama, os autores demonstram como Alencar representa tais personagens em seus romances históricos. Mesmo que hoje não sejam de completa e imediata percepção à consciência linguística dos falantes do Português brasileiro, podemos reconhecer morfemas da língua geral indígena de base tupi falada no Brasil até meados dos anos oitocentos.

Português (DAVIES, 2006), e o tratamento pelo programa *WordSmith Tools* (SCOTT, 2012). É como saber que uma árvore dá um fruto, tê-lo ali, maduro, pronto para colheita, e passar ao largo. Os autores se detêm sob a árvore, colhem o fruto, saboreiam-no e demonstram como recursos tecnológicos podem ser úteis aos onomasticistas brasileiros, seja no recorte, na codificação ou na análise de dados, alinhando a pesquisa a procedimentos apresentados internacionalmente.

Aos navegantes pouco familiarizados, mas curiosos quanto às águas atlânticas do Brasil, sugerimos a leitura d’*O humor da antroponímia nordestina*, de Shara Lylian de Castro Lopes (Instituto Federal do Piauí), artigo no qual a pesquisadora toma antropônimos, não exclusivos, mas sempre associados à região Nordeste, para discutir aspectos identitários baseados em postulados da Análise do Discurso Francesa. Esse diálogo interdisciplinar eficientemente relaciona conceitos semântico-discursivos, como *ethos* e memória discursiva, a processos denominativos muitas vezes interpretados como *kitsch*.

Tomando como *corpus* nomes de pessoas representativos do *modus vivendi* da região, coletados de perfis de cunho espirituoso em redes sociais, Lopes analisa como atos denominativos permitem a expressão humorística em representações verossímeis, embora estereotipadas. Tais processos se apresentam em diversos níveis de análise linguística, como na estilização ortográfica, pelo uso recorrente de grafemas *k*, *w* e *y*; e também em estruturas patronímicas habituais na região Nordeste, como em *Júnio de Bio de Zé Gaiola*.

3.3 Rumando a portos estrangeiros: últimas escalas e fim de viagem

Rumando ao fim da viagem, que conta com algumas escalas em portos estrangeiros, este navio conduz o leitor para longe da costa atlântica brasileira. Não à toa, o Nordeste é o ponto geográfico mais próximo para uma excursão marítima que leve o navegante ao outro lado do oceano para uma visita à toponímia da antiga

Metrópole: Portugal. Daqui para frente, não mais voltaremos às terras brasileiras, em busca de paisagens do exterior que permitam um autorreconhecimento pela alteridade.

Carlos Rocha, da Universidade de Lisboa, descreve e analisa, em seu *Para um perfil da potamonímia do Centro e Sul de Portugal*, as nomenclaturas dos rios, buscando retratar a milenar estratigrafia ibérica – influência de substratos pré-latinos, do superstrato árabe e de dialetos galego-portugueses. Assim, mesmo que esse estudo não ofereça uma abordagem interdisciplinar que a enquadre como inovadora, bem como já tenhamos nas bandas de cá estudos sobre a hidronímia brasileira, seu *corpus* e os processos históricos são de interesse do estudioso que queira compreender os processos de territorialização por meio da nomenclatura hídrica centro-meridional portuguesa. Também não é demais destacar que alguns dos estudos contemporâneos que abrangem esse *locus* têm sido promovidos por toponimistas brasileiros, mormente na Universidade de São Paulo.

Voltando às águas atlânticas do Sul, encontramos uma terra vizinha. Em *Nomes de lugares no Uruguai de origem espanhola no contexto da Pragmática (linguopragmatics no original)*, Irina Martynenko, docente da Kutafin Moscow State Law University (Rússia), nos apresenta um estudo descritivo-analítico de topônimos uruguaios de origem espanhola. A paisagem exposta nos dados, mesmo estrangeira, não é tão estranha, e não devemos ter medo de qualquer tormenta, visto que desvela um caminho já seguro ao estudioso ou entusiasta de Toponímia: após um panorama dos estratos linguísticos mais representativos na toponímia uruguaia, a saber: guarani, português, inglês, catalão e espanhol, o “*context of linguopragmatics*” proposto no título se materializa em uma decomposição morfológica e descrição etimológica, inclusive com exemplos de *folk etymology* (paraetimologias ou etimologias populares).

A coleta junto a bases de dados eletrônicas e georreferenciadas de escala mundial, como o *geonames.org*, e a extensa bibliografia dessa pesquisadora em relação

ao panorama toponímico de países hispanófonos na América dão a dimensão do quanto o *modus navigandi* não mais se limita ao plano espacial: pode-se proceder ao conhecimento (contemplativo ou investigativo) dos nomes de uma localidade com alguns cliques, sem a necessidade de erguer bandeiras ou recrutar uma tripulação. Esse artigo, portanto, mesmo que declarado introdutório, se apresenta instigante aos brasileiros, especialmente aos que buscam reconhecer topônimos uruguaios.

Além dos dez artigos descritos até então, assinados por 16 articulistas, convidamos ao desembarque apresentando ao leitor uma entrevista de Yolanda Guillermina López Franco (Universidade Nacional Autônoma do México) a Miguel Reyes Contreras (Universidade de Ixtlahuaca-México). Na entrevista intitulada *El nombre no es sólo un referente*, Reyes Contreras constata que “En México, el estudio del nombre es escaso en trabajos académicos” e solicita à entrevistada uma visão panorâmica da situação da Onomástica no México. López Franco, que tem estreitado relações com pesquisadores brasileiros nos últimos anos pela coeditoria da já mencionada revista *Onomástica desde América Latina*, assinala, em resposta, um resumo historiográfico da área no país.

López Franco destaca algumas contribuições da Onomástica, considerada “una inter, incluso una transdisciplinar” ciência, e advoga por uma melhor organização na coleta e no tratamento dos nomes próprios por órgãos estatísticos oficiais e por instituições acadêmicas do México. Seu relato expõe sua frustração pela impossibilidade de proceder a uma investigação sistemática em relação aos prenomes (*nombres de pila*) em escala nacional e defende a crescente, mas ainda bastante vagarosa, jornada mexicana em prol do desenvolvimento e da internacionalização da Onomástica. Ao fim da entrevista, além de algumas referências, listam-se estudos da extensa bibliografia produzida por essa professora, os quais podem ser úteis a pesquisadores brasileiros que queiram reconhecer caminhos percorridos por nautas

estrangeiros. É uma parada “imperdível”, pois seu depoimento retrata uma situação similar à brasileira em termos de Onomástica.

4 Balanço final da jornada

Esperamos que esta viagem possa ser tão produtiva aos leitores quanto foi para os editores. Para nós, a jornada deixou de ser um tipo de viagem pela qual as paisagens se sucedem rapidamente, como ocorre quando olhamos pelas janelas de um trem em movimento e em que os tons surgem borrados e indistintos por causa da velocidade.

Esta apresentação deixou de o ser e tornou-se, de fato, um artigo, no qual pudemos refrear a velocidade da viagem para observar o horizonte com nitidez, vislumbrando belos quadros; admirando paisagens fustigadas por algum elemento, as quais ainda precisam de apoio para voltarem a vicejar; e também lamentando o roçado seco necessitado de enxada e de cuidados. Assim é nossa reflexão sobre a Onomástica brasileira. Há estudos promissores, já encaminhados teórica e metodologicamente; há os que ainda não alcançaram um caminho satisfatório e, por fim, também há em todo o panorama levantado aqueles caminhos a serem evitados pelo pesquisador, sob pena de não frutificar.

O simples ato de apresentar aos leitores o conteúdo do volume acabou extrapolando o que havíamos planejado inicialmente, e passou a ser um *locus* de discussão sobre os rumos da pesquisa onomástica no Brasil, bem como um espaço de revisão dos conceitos relacionados à interdisciplinaridade. Não deixa de ser, como já ressaltamos alhures, um manifesto à necessária colaboração entre grupos, pesquisadores vinculados a universidades – ou independentes –, estudantes de pós-graduação e outros níveis, para que, um dia, possamos dar um salto qualitativo que corresponda ao quantitativo.

Por fim, os editores agradecem a todos que colaboraram com este volume, aos leitores, aos pareceristas *ad hoc* e também a toda a equipe editorial e à Comissão

Científica da *Domínios de Lingu@gem*. Desejamos a todos boa leitura e reflexões ainda melhores.

Referências

CAMPS IGLESIA, A.; NOROÑA VILÁ, M. T. Introducción. **Aproximación al estudio de la Toponimia Cubana**. Havana: Academia de Ciências de Cuba, 1980. p. 5-24.

CARVALHINHOS, P.; LIMA-HERNANDES, M. C. *Conservare ut meminisse*: os limites do politicamente correto nas ruas de São Paulo. In: BERLINCK, R. A.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (org.) **História do Português Paulista: Estudos - 6**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 315-354.

CNN BRASIL. **Em busca de recursos, Metrô de SP pretende dar nome de marcas às estações.** 19 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/02/19/em-busca-de-recursos-metro-de-sp-pretende-dar-nome-de-marcas-as-estacoes> Acesso em: 21 abr. 2021.

COATES, R. Where are the Limits of the Name? Some Remaining Issues with The Pragmatic Theory of Properhood. **Els noms en la vida quotidiana. Actes del XXIV Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Barcelona: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014. p. 124–132.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DAUZAT, A. **Les noms de personnes**. Paris: Delagrave, 1934.

DICK, M. V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. de P. do A. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações. Linguística e Teoria Literária**. vol. 9. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE, p. 119-144, mar. 1999.

DICK, M. V. de P. do A. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas. **Revista Brasileira de Linguística**, vol. 8, n. 1, São Paulo: Plêiade, p. 59-67, 1995.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia do Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990.

G1 RIO. **Em crise, Metrô Rio vende nome de estação, que vira Botafogo/Coca-Cola.** 07. jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/07/em-crise-metro-rio-vende-naming-rights-e-estacao-de-botafogo-vira-botafogo-coca-cola.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2021.

GRIMAUD, M. Les onomastiques. Champs, méthodes et perspectives (suite et fin). II - État des lieux. **Nouvelle revue d'onomastique**, n. 17-18, p. 9-24, 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/onoma_0755-7752_1991_num_17_1_1085 Acesso em: 21 abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3406/onoma.1991.1085>

JANTSCH, E. Inter- and transdisciplinary university: a system approach to education and innovation. **Higher Education**, Amsterdam, p. 7-37, 1972. DOI <https://doi.org/10.1007/BF01956879>

MOLINO, J. Le nom propre dans la langue. **Langages**, vol. 16, n. 66, p. 5-20, 1982. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1982_num_16_66_1123 Acesso em: 21 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.3406/lgge.1982.1123>

PRIMEIRO CONGRESSO MUNDIAL DA TRANSDISCIPLINARIDADE, **Carta de Transdisciplinaridade**. Portugal, Convento de Arrábida, 1994. Disponível em: <http://ciret-transdisciplinarity.org/chart.php#pt> Acesso em: 21 abr. 2021.

SHOKHENMAYER, E. Resources, media, networks and future of onomastic studies. **Onomastica Uralica**, vol. 14, p. 37-51, 2017. Disponível em: <http://mnytud.arts.unideb.hu/onomural/kotetek/ou14/04.pdf> Acesso em: 15 mar. 2021.

SMITH, G. W. The Semiotic Meanings of Names. **Onomastica**, vol. 61, n. 1, p. 111-118, 2017. Disponível em: <http://journals.pan.pl/Content/108477/PDF/001.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.17651/ONOMAST.61.1.7>

TRAPERO, M. **Para una teoría lingüística de la toponimia**. Las Palmas de Gran Canaria: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Las Palmas de la Gran Canaria, 1995.

VAN LANGENDONCK, W. Theory and Typology of Proper Names. **Trends in Linguistics: Studies and Monographs** 168. Berlin and New York: Mouton de Gruter, 2007. 378 p. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110197853>

VAN LANGENDONCK, W.; VAN DE VELDE, M. Names and Grammar. *In*: HOUGH, C. (ed.) **Oxford Handbook of Names and Naming**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 17-38. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.21>

VASCONCELOS, J. L. de. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.